



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –**  
**CAMPUS SERRINHA**

**DIONE COSTA SANTOS**

**JUVENTUDE RURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE**  
**LITERATURA**

**SERRINHA - BA**

**2021**

**DIONE COSTA SANTOS**

**JUVENTUDE RURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE  
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia Baiano,  
*Campus Serrinha*, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Tecnólogo em  
Gestão de Cooperativas.

Orientador: Dr. Heron Ferreira Souza

**SERRINHA - BA**

**2021**

**DIONE COSTA SANTOS**

**JUVENTUDE RURAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE  
LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas.

Aprovado em 13 de outubro de 2021, conforme ata de defesa nº 4/2021 - SER-CEEC/SER-DA/SER-DG/RET/IFBAIANO assinada.

**BANCA EXAMINADORA:**

Dr. Heron Ferreira Souza

Orientador

Instituto Federal Baiano – Campus Serrinha

Dra. Márcia Eliana Martins

Instituto Federal Baiano – Campus Serrinha

Dr. Davi Silva da Costa

Instituto Federal Baiano – Campus Catu

Dedico essa pesquisa a todos os jovens rurais que lutam diariamente por um espaço na sociedade enquanto sujeito. E a minha mãe por todo amor e cuidado comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradecer a Deus por ter me dado força e paciência de poder chegar até aqui.

Agradecer a minha família, em especial a minha mãe, Maria de Lourdes, por todo carinho para comigo.

Agradecer aos meus colegas e amigos de curso, principalmente, a Elisabeth Teixeira e Maria Sousa, por terem me acolhido nos momentos mais difíceis.

Aos amigos, Edeilson Souza e Siane Freitas, que me apoiaram durante o período do curso.

Agradecer também a todos os servidores do IF Baiano Campus Serrinha que direta ou indiretamente contribuíram para que o curso acontecesse.

Quero também agradecer ao Diretor Geral do Campus Serrinha, Leandro Damasceno e a todos os professores por toda a aprendizagem, compreensão e acolhimento durante todo o período do curso.

Agradecer ao professor e meu orientador, Heron Ferreira Souza, pela paciência e ensinamento. Levarei para a vida toda.

Muito obrigada a todos por todo carinho, experiências, vivências e aprendizados por esses três/quatro anos de curso.

## RESUMO

O estudo buscou fazer uma revisão sistemática de literatura sobre o tema juventude rural e economia solidária, tendo como objetivos: compreender o estado do conhecimento sobre juventude rural e economia solidária, com destaque para a perspectiva das experiências formativas; identificar as principais perspectivas analíticas dos estudos e pesquisas selecionadas; destacar os principais fatores condicionantes que entrelaçam juventude rural e economia solidária; e verificar em que medida tem se dado as experiências formativas da juventude rural no âmbito do trabalho da economia solidária. Portanto, a pesquisa é de caráter bibliográfico, nos moldes da revisão sistemática de literatura. Foram utilizadas como bases de dados para a pesquisa: *Google Acadêmico*, *Scielo*, *Periódico Capes* e *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*. A partir das etapas de leitura dos títulos, resumos, texto integral foram atribuídos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, sendo selecionados nove trabalhos no total. A análise dos textos considerou: 1) os fatores que interferem nas articulações entre juventude rural e economia solidária, e a compreensão desta como opção ou alternativa para os jovens rurais; 2) vivências, experiências e práticas dos jovens rurais no âmbito da economia solidária que se expressam como processos formativos; e 3) os saberes e valores construídos e fortalecidos pelos jovens rurais a partir da inserção nas experiências de economia solidária. A partir dos dados analisados é possível afirmar que a família, as cooperativas, as escolas família agrícolas e os processos produtivos são vistos pelos jovens como uns dos principais aspectos que têm contribuído na interferência de permanência e sucessão dos jovens rurais. Assim, entende-se que esses aspectos têm estimulado os jovens a dar continuidade nos processos produtivos, como também o acesso aos estudos lhes dando oportunidade de serem contemplados nas atividades realizadas pelos movimentos solidários, sendo para os jovens uma alternativa à continuidade no campo.

**Palavras-Chave:** Juventude Rural. Economia Solidária. Processos formativos.

## **ABSTRACT**

The study sought to carry out a systematic literature review on the theme of rural youth and solidary economy, aiming to: understand the state of knowledge about rural youth and solidary economy, with emphasis on the perspective of training experiences; identify the main analytical perspectives of the selected studies and research; highlight the main conditioning factors that intertwine rural youth and solidarity economy; and verifying to what extent the training experiences of rural youth have been taking place in the context of the work of the solidarity economy. The research is bibliographical in nature, along the lines of a systematic literature review. The following databases were used for the research: Academic Google, Scielo, Capes Journal and Digital Library of Theses and Dissertations. From the steps of reading the titles, abstracts, and full text, inclusion and exclusion criteria were assigned, with a total of nine works being selected. The analysis of the texts considered: 1) the factors that interfere in the articulations between rural youth and solidarity economy, and the understanding of this as an option or alternative for rural youth; 2) experiences, experiences and practices of rural youth in the context of the solidarity economy that are expressed as training processes; and 3) the knowledge and values built and strengthened by rural youth from their insertion in solidarity economy experiences. From the analyzed data, it is possible to affirm that the family, cooperatives, agricultural family schools and productive processes are seen by young people as one of the main aspects that have contributed to the interference of permanence and succession of rural youth. It is understood that these aspects have encouraged young people to continue their production processes, as well as access to studies, giving them the opportunity to be included in activities carried out by solidarity movements, providing young people with an alternative to continuing in the countryside.

**Keywords:** Rural Youth. Solidarity economy. Formative processes.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>15</b>
2.1 JUVENTUDE RURAL.....	15
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO .....	20
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>25</b>
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Uma das questões que comumente envolve a discussão sobre juventudes rurais é a permanência e o êxodo rural e, conseqüentemente, como isso se relaciona com a construção da identidade dos (as) jovens rurais. É importante notar que sair ou ficar no campo perpassa por muitas questões como a garantia de direitos no campo, o trabalho, o projeto de vida dos(as) jovens, etc. O que nem sempre devem ser entendidas de forma compartimentada. Nesse sentido, interessa-nos nessa pesquisa entender como tem se dado a relação das juventudes rurais com a economia solidária, no intuito de verificar, por um lado, como a economia solidária tem se apresentado como uma opção ou alternativa aos(as) jovens rurais e, por outro, identificar como se dá essa aproximação e relação dos(as) jovens com a economia solidária.

O delineamento dessa proposta de pesquisa deu-se por uma curiosidade entrelaçada com meu espaço de vida – o rural – e pelos estudos desenvolvidos no curso de Gestão de Cooperativas, no qual tive contato mais aprofundado com as temáticas cooperativismo, cooperativismo solidário e economia solidária.

Em relação ao meu espaço de vida, cabe destacar que sou uma mulher jovem nascida e criada no campo, filha de lavradores rurais que, ao longo da vida, saiu do seu local de origem em busca de oportunidade de trabalho por entender que o meio rural não tinha/tem opção de trabalho.

A estratégia de sair para ficar no campo, quer dizer, buscar aquilo que se faz necessário em outros espaços como forma de garantir a permanência no campo, também se relacionou a escolarização. Por isso minha história de vida também se atravessa com meu ingresso no curso superior de tecnologia em Gestão de Cooperativas.

Sou da comunidade Fazenda Izabel, zona rural de Serrinha, BA. Minha mãe sempre trabalhou no campo, produzindo o necessário para sobreviver com seus sete filhos. Todos, de certa forma, tiveram contato com o trabalho agrícola, não por gostar de estar trabalhando ali na roça, mas por necessidade, sendo que o campo era o único meio para sobrevivência e, também, por não ter outras oportunidades de trabalho.

Época de inverno eram os dias mais cansativos, pois, além de ir à escola tínhamos quer ir trabalhar na roça, então, era necessário conciliar escola e trabalho no campo. Em nenhuma circunstância desisti dos meus estudos para ir à procura de trabalho, até porque minha mãe nunca nos permitiu, ela sempre dizia: - “Termina os

estudos primeiro, depois trabalha”. Mesmo com todas as dificuldades sempre nos incentivou a estudar. Eu e meu irmão, por sermos os mais novos, trabalhamos bem menos no campo e nos dedicamos mais aos estudos.

Sempre estudamos em escolas públicas. Completei o ensino primário na Escola Marlene Assis de Lima que fica na comunidade Izabel. Em 2000 passei a estudar na cidade completando o ensino fundamental no antigo Colégio André Negreiros que até 2016 funcionou o Centro de Educação Científica (CEC) - Serrinha. Passamos por várias dificuldades para nos deslocarmos de casa para a escola. Muitas vezes não tivemos transporte e fizemos o trajeto andando, eram 8 km até chegar a escola, e de certa forma interferia nos estudos, pois se tornava cansativo.

Em 2003 comecei a fazer o ensino médio na Escola Normal de Serrinha. Continuamos com dificuldades no início em relação ao transporte, mas, aos poucos, as coisas foram se ajeitando. Quando comecei o ensino médio percebia muitos olhares indiferentes de colegas que vieram de colégios particulares porque era uma jovem do campo e de origem simples. No ensino fundamental por ser um colégio mais popular e ter muitos jovens rurais não senti tantas indiferenças quanto no ensino médio.

Conclui o ensino médio em 2006, logo, com pouco tempo, comecei a trabalhar em casa de família mesmo contra a vontade de minha mãe. Nesse meio tempo, fiz alguns cursos profissionalizantes, visto que o mercado de trabalho é competitivo e exige qualificação. Nesse mesmo período, à noite, fazia o cursinho preparatório para prestar vestibular. O cursinho era ofertado pelo governo estadual no Centro de Pesquisa e Cultura em Tecnologia – CPCT, antigo prédio da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, ao lado do Colégio Rubem Nogueira. Não foi possível continuar e decidi parar e procurar trabalho que não fosse de doméstica.

Particpei do TOPA – Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos no período do governo Lula – como alfabetizadora, em 2009, além de ficar alguns meses trabalhando sem carteira assinada em uma Agência de Turismo, vendas de passagem aéreas, ficando até outubro.

Final de novembro do mesmo ano citado anteriormente, consegui uma vaga temporária em uma loja de calçados e variedades com carteira assinada durante seis meses para trabalhar apenas meio turno e ganhar por comissão, ou seja, ganhava de acordo com o que vendia. Contudo, não completei os seis meses visto que recebi uma proposta de trabalho fora da minha cidade de origem. Era uma oportunidade de

trabalho assalariado com direitos trabalhistas mesmo sem ter nenhuma experiência profissional na área de auxiliar administrativo.

Sempre gostei do campo (roça), para mim é o melhor local de se viver. Apesar de ter uma relação muito forte com o campo, com experiências e vivências (o trabalho coletivo de acordo com nos princípios da economia solidária sem o ganho monetário como: a ajuda mútua, trocas de favores, mutirões dentre outros) baseadas nos valores da cooperação, já tinha uma visão construída de que o trabalho no campo é permeado de incertezas, um trabalho árduo, desvalorizado pela sociedade capitalista. Desde a infância foi passada uma visão que o meio rural é um local de atraso, um local sem muitas expectativas de vida e que a área urbana é um espaço de oportunidade, de emprego “digno” e condições de uma vida melhores. De algum modo, faltava-me a compreensão de que “A vida na sociedade capitalista é um palco de lutas e estas estão em todos os lugares, momentos, relações” (VIANA, 2012, p. 17). Portanto, aquilo que entendia como dificuldades não eram especificidades do campo, pelo contrário, são expressão das desigualdades, que se materializam inclusive nas cidades.

Passei seis anos e sete meses morando fora. Destes, três anos e nove meses morei em uma cidade pequena chamada Massarandupió, município de Entre Rios, Bahia - Litoral Norte cujo período trabalhei em quatro locais diferentes.

Outubro de 2013 fui para Salvador trabalhar no Shopping Iguatemi (hoje, Shopping da Bahia) numa loja de fotografia (Mini Lab). A loja estava passando por certa dificuldade financeira, por ser uma loja de fotografia, as pessoas já não revelavam mais fotos como era no tempo que não tinha tanta tecnologia. No mundo de inovação tecnológica e redes sociais, quem iria revelar tantas fotos assim? Além do início da crise econômica e política no Brasil.

No último dia de dezembro 2015, a loja fechou suas portas e alguns colegas foram transferidos para outra loja, mas a maioria ficou desempregada, incluindo eu. Fiquei em Salvador até setembro de 2016 terminando o curso de Gestão Pública EAD que tinha começado em 2014 na Faculdades Integradas Norte do Paraná – Unopar.

Ao concluir o curso, voltei para minha cidade natal com o propósito de retornar para Capital assim que eu conseguisse um novo trabalho. Entretanto, em 2017, fiz o *Enem* e em 2018, pelo Sisu, consegui a vaga para cursar Gestão de Cooperativas no IF Baiano *Campus Serrinha*. É importante destacar que no ano de 2016 consegui uma

bolsa de 50% pelo *Prouni* para cursar fisioterapia na Faculdade São Salvador, mas como estava desempregada não tinha condições de custear 50% do valor e desisti.

Optar por trabalhar fora não era os meus planos, mas foi necessário sair em busca de novas oportunidades, estar inserida no mercado de trabalho, uma vez que Serrinha não oportunizava trabalho para jovens com pouca qualificação/formação, principalmente jovem rural cujas dificuldades são maiores. A busca por uma vaga no *mercado de trabalho* é uma das questões principais que leva os(as) jovens a pensarem a sair do campo, não por recusa a conviver no meio rural, mas por serem “forçados” a irem em busca de oportunidade de trabalho e renda.

Com a implementação do Instituto Federal Baiano *Campus* Serrinha há cinco anos, como aluna do Campus, cursando Gestão de Cooperativas e como mulher jovem rural, vejo mais oportunidades para os(as) jovens serrinhenses ingressarem numa instituição de ensino pública federal sem precisar se deslocar para outras cidades. Percebe-se que a Instituição trouxe novas possibilidades para o Território do Sisal, no qual vem desenvolvendo um trabalho de inclusão no que se refere aos(as) jovens rurais e juventudes, pois, um dos fatores que também contribui para a saída do campo é a busca de acesso à educação universitária nas grandes cidades.

Portanto, conforme sinalizado acima, minha trajetória de vida e trabalho relacionada com as provocações fomentadas no curso de Gestão de Cooperativas permitiram propor esse estudo, em que ao procurar entender essa relação entre juventude rural e economia solidária será importante verificar como tem se dado essa aproximação, envolvimento, dos(as) jovens rurais com a economia solidária, e o quanto isso tem contribuído para a formação desses sujeitos.

Assim, embora haja estudos sobre juventude rural e jovens rurais, ainda há necessidade de aprofundar mais sobre o tema para que possa dar maior visibilidade, considerando que é uma temática permeada de complexibilidade e pluralidade e pouco discutida.

Como nos lembram Kummer e Colognese (2013, p. 202) “[...] não há uma única juventude rural, um único modelo de jovens rurais”. Juventudes é o reflexo da pluralidade de comportamentos vivenciados por sujeitos de ambos os sexos e de múltiplas faixas etárias, transfiguradas pelo mundo a fora, de diferentes classes sociais que perpassam por um processo de migração na busca de trabalho assalariado, sendo o Nordeste a região com a maior parte de saídas destes jovens (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Diante da atual conjuntura econômica do Brasil, a categoria juventude é a que mais sofre com a escassez e as condições precárias do trabalho, na flexibilização dos direitos sociais e dos processos produtivos. Entretanto, essa problematização abrange todo um contexto histórico marcado pela desigualdade social e econômica de modo geral (LIBONI; HELOANI, 2016).

A conjuntura atual caracteriza-se pela retomada das políticas neoliberais, o aprofundamento da crise econômica recente e suas consequências sociais, principalmente às populações das favelas e para os povos do campo, somando-se a isso o avanço da degradação ambiental, as pressões sobre os direitos sociais e trabalhistas, o avanço do desemprego, da informalidade (13 milhões de desempregados e 40 milhões de informais em 2020, segundo Dowbor (2020)) e a precarização do trabalho, inclusive com o atual fenômeno da “uberização do trabalho<sup>1</sup>” (ANTUNES, 2018).

Conforme ressalta Lima (2009), no Brasil, no início dos anos 1990, aumentou o número de trabalhadores associados, mas isso não foi um resultado do movimento de trabalhadores por uma autogestão; pelo contrário, representou os reflexos da crise do emprego pelo início da reestruturação produtiva no Brasil e a implementação da agenda neoliberal.

Nessa perspectiva, as experiências dos grupos populares e organizações têm sido garantir suas necessidades imediatas. O que envolve também as experiências postas em curso no tocante a agroecologia, esta entendida a partir de um enfoque holístico que permite compreender a relação entre a realidade sociocultural, os processos político-econômicos e os agroecossistemas (GUZMÁN, 2001). Como afirma Bebbington (1999, p. 2 *apud* SCHMITT, 2010, p. 42), essas experiências dos grupos populares expressam um processo contínuo que busca passar da “ação instrumental – ganhar a vida –, para uma ação hermenêutica – dar sentido à vida – e para uma ação emancipatória – desafiar as estruturas através das quais se ganha a vida”. Por isso é importante compreender se essas vivências, neste caso envolvendo

---

<sup>1</sup> Ao tomar como referência os motoristas do aplicativo Uber, Ricardo Antunes procura expressar mais do que um novo tipo de trabalho. Segundo ele, “contra a rigidez das fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua trípole destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilização se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa. Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho [...]. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo da vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e á pragmática das corporações.” (ANTUNES, 2018, p. 37)

os jovens rurais, no âmbito da economia solidária, têm se constituído como formativas; se tem sido potencializado o princípio educativo do trabalho associado para a construção de outros valores, saberes e práticas, deslocando a perspectiva pragmática e legítima do “ganhar a vida” (a economia solidária como alternativa) para uma perspectiva de projeto de vida (a economia solidária como opção).

Apesar dos desafios que a economia solidária enfrenta no país, mesmo com toda a diversidade dos “falsos” empreendimentos solidários implantados sob a lógica das contradições do capitalismo, está ainda se constituindo enquanto possibilidade econômica para os jovens no tocante ao trabalho e geração de renda. Liboni e Heloani (2016) afirmam que a economia solidária é indicada no combate à desigualdade social, ao desenvolvimento local e, como forma de inclusão socioeconômica sendo uma das alternativas futuras para geração de trabalho e renda para os(as) jovens.

Entretanto, percebe-se que a juventude busca uma forma de estar inserida nesses movimentos econômicos solidários, sendo que há uma estratégia de comunicação e inserção incipiente para os jovens. (LIBONI; HELOANI, 2016).

Diante do exposto, a pesquisa objetiva discutir a relação entre a juventude rural e a economia solidária, através de uma revisão sistemática de literatura que possibilita identificar estudos de um determinado tema em questão, propondo responder uma pergunta clara e objetiva através dos trabalhos selecionados (teses, dissertações, artigos etc.) que possam unir informações encontradas no decorrer da pesquisa.

Com base nos estudos e, considerando minha trajetória de vida no campo e o que tenho visto como movimento de organização dos(as) jovens rurais em torno de experiências de trabalho com a economia solidária, me vejo instigada a identificar nas pesquisas e estudos já realizados como tem se dado as experiências formativas para e com a economia solidária e de que forma essas experiências podem ou têm contribuído na formação desses sujeitos. Assim, diante de tais questões que envolvem a problematização, foi construída a seguinte pergunta para o processo de investigação: Em que medida os estudos e pesquisas sobre a relação entre juventude rural e economia solidária têm abordado aspectos referentes às experiências formativas?

Deste modo, tem-se por objetivo compreender a relação entre juventude rural e economia solidária, com destaque para a perspectiva das experiências formativas. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: i) identificar as principais perspectivas analíticas dos estudos e pesquisas selecionados; ii) destacar os

principais fatores condicionantes que entrelaçam juventude rural e economia solidária; e iii) verificar em que medida tem se dado as experiências formativas da juventude rural no âmbito do trabalho na economia solidária.

Conforme a estrutura do trabalho, no próximo tópico será apresentada a discussão teórica da temática, juventude rural, economia solidária e os princípios educativos do trabalho. Posteriormente, no terceiro tópico apresentam-se os procedimentos metodológicos. No tópico 4 as análises e interpretações dos resultados. E por fim, no último tópico, as considerações finais.

## **2 ASPECTOS TEÓRICOS**

Neste capítulo serão apresentados os aspectos teóricos com o propósito de possibilitar as discussões sobre o tema juventude rural e economia solidária. De início, será discutida a categoria juventudes rurais e as questões que frequentemente permeiam sua discussão. Posteriormente, serão discutidos os princípios e fundamentos da economia solidária, além dos princípios formativos/educativos do trabalho.

### **2.1 JUVENTUDE RURAL**

Partindo da visão de Castro (2009), entre os séculos XX e XXI houve um grande impulso no debate em relação a juventude, mas a produção sobre as juventudes rurais ainda é bem menor. Foi nos anos 1990 que o Brasil passou a falar evidentemente em campo temático sobre juventude, reproduzindo um debate mais amplo nas ciências sociais. Embora o tema “juventudes” tenha ganhado espaço ao longo do processo, nota-se que nem sempre fez parte de debates diante da sociedade, em especial os jovens rurais, que historicamente sofrem com a desigualdade social e a falta de oportunidade de trabalho. Nas palavras de Kummer e Cologneses (2013):

A juventude rural, entendida como uma categoria social específica, também se configura diante da diversidade e da heterogeneidade. Isto decorre do fato de que não é apenas “estar” no espaço rural e situar-se numa baliza cronológico de idade que configura de modo claro o que “é” um jovem rural ou o que é “ser” um jovem rural. “[...] compreende-se que o jovem rural é aquele não apenas que reside no

meio rural, mas que o vivencia que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem. Não é, ou está imobilizado nesta condição, não é refém de um espaço ou situação, é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha as suas especificidades identitárias que carregam as particularidades de seu modo de vida (KUMMER; COLOGNESES, 2013, p.207, 209).

Portanto, ser jovem rural não basta apenas estar inserido no meio rural, mas compreender que ser jovem do campo é poder vivenciar as práticas, as experiências produtivas, em geral de natureza familiar, que culturalmente tem seus espaços definidos. São sujeitos com suas características identitárias e “relacionado a um modo de vida específico, que se misturam as realidades do mundo do trabalho e da vida”, de acordo com Kummer e Cologneses, (2013).

Galindo (2014, p. 39 e 40) relata as pautas das juventudes rurais para um desenvolvimento rural sustentável. Para o autor, o campo deve ser com gente pautado pelas diversidades, por suas identidades, saberes e pelas percepções de mundo, em que o acesso à terra e aos direitos fundamentais precisam ser concretizados. Nesse sentido, combatem-se todas as formas de desigualdades – étnicas, gêneros, gerações, regionais – e o projeto de campo defendido pelas históricas oligarquias rurais e atualmente os setores denominados de agronegócio. Para este autor, o campo sem gente e sem sociobiodiversidade é marcado pelos latifúndios, monoculturas e uso intensivo de máquinas. Como afirma Campigotto (2014, p.43) “para manter a juventude no campo, em primeiro lugar, é preciso de terra”.

Não somente o acesso à terra, mas também de políticas sociais para gerar oportunidades de inclusão ao trabalho, educação e qualidade de vida para jovens rurais. Em sua fala na Conferência de Juventude Campigotto (2014, p. 43), ressalta que:

Além da terra, precisamos de educação, e não é só para ser veterinário, agrônomo, a gente quer médico no campo, professor, engenheiro, todas as profissões. Fazer um campo diferente, por isso queremos uma educação diferente também. Em torno de 3% da juventude brasileira hoje acessa a universidade, tem um funil quando vem para o ensino superior. A universidade pública não é feita para os pobres, é feita para a elite brasileira, isso é uma vergonha no nosso país. O Brasil é um dos países da América Latina que menos tem juventude na universidade. Investe-se mais na copa do mundo que na educação. São em torno de um milhão de pessoas expulsas do campo



pela construção de barragens. A gente quer um modelo sustentável de energia, sem precisar sair do campo. Parece que tudo é voltado para a cidade e para uma pequena parte elitizada. Ao se falar em cotas na universidade e no Pronera, muitas universidades têm grande resistência, porque não pode admitir ver negros, camponeses na universidade, isso é uma facada no coração, no brio. E é isso que a gente tem que fazer, continuar enfiando o punhal nessa universidade, nessa elite brasileira, porque o nosso lugar é lá. Os indígenas também estão sendo expulsos das suas terras, então é um pouco de desabafo, mas é um pouco da nossa realidade. (CAMPIGOTTO, 2014, p. 43).

Diante de tais questões, o modelo de desenvolvimento que foi construído e ainda se apresenta como tendência tende a condicionar a saída da juventude rural para os centros urbanos na procura de trabalho, submetendo ao processo de exploração e a precarização, na busca de melhores condições de vida e acesso ao mercado de trabalho. Obviamente que isso se contrasta com processos de resistências construídos nos horizontes de possibilidades dos(as) jovens e seus familiares para garantir a permanência no campo e a reprodução da vida.

No âmbito dessa discussão, três aspectos têm emergido e merecem destaque por refletir a complexidade dos estudos sobre a categoria juventudes rurais: a condição de ser jovem no espaço rural, a ambivalência de ser jovem em um assentamento, e os desafios em torno da permanência do/a jovem no campo, conforme destacado no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1:** Aspectos de discussões sobre ser jovem e ruralidades

<b>Autor</b>	<b>Aspectos identificados nas discussões</b>
Soares (2011)	“Assim a condição de ser jovem hoje nos espaços do rural é saber que a família é um elemento intensificador das restrições para a realização dos desejos dos jovens que não optam pelo caminho da sucessão hereditária, de representação social, de não continuidade da atividade agrícola.” (p. 41-42)
Novaes <i>et al.</i> (2016)	“Ser jovem em um assentamento parece ser uma experiência ambivalente – de um lado, aspiram a ter acesso ao que outros jovens do meio urbano mais próximo ou distante tem com facilidade, mas vivem também a pressão e o constante risco de abandonar a comunidade e a casa dos pais pela carência de transporte coletivo, acesso aos serviços de saúde e a uma escolarização regular, além da ausência completa de atrativos culturais, possibilidades de aumentar a renda ou as oportunidades laborais e de formação.” (p.229)
Kestring <i>et al.</i> 2020	“Para se manter nas atividades do meio rural, na maioria das vezes é necessário buscar diversificação da mesma, bem como a pluriatividade, ou seja, buscar um desenvolvimento rural e para que isso aconteça juntamente com a permanência do jovem no campo, é necessário estimular o jovem a colocar em prática o que aprende fora da propriedade, dar autonomia ao mesmo, para que se sinta motivado e livre a continuar no campo buscando ter uma melhor qualidade de vida e mantendo a unidade familiar[...]” (p. 23)

FONTE: Elaborado pela autora. 2021.

Neste sentido, os(as) jovens perpassam por um processo de vida ativa no qual enfrentam as dificuldades na construção do seu projeto de vida no meio rural, em que buscam nos espaços oportunidades nas atividades familiares, em que a maioria das vezes são negadas pelos próprios pais. Portanto, para os(as) jovens se manterem no meio rural, é preciso o apoio familiar assim como de políticas públicas para sua efetiva participação na dinâmica social, política e produtiva local.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 (IBGE Educa, 2021), mais da metade da população brasileira vive em áreas urbanas com média de 84,72%, contando 15,28% que vivem em áreas rurais. Sendo a região Nordeste com maior número de habitantes que vivem em áreas rurais com 26,88%. Entre 1970 e 1980 houve um intenso processo de êxodo rural no Brasil. Hoje, mesmo com os dados percentuais menores, a mobilidade da população ainda continua, segundo o IBGE Educa (2021)

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2021), a agricultura familiar ainda concentra maior contingente de pessoal ocupado (67%); contudo, comparando-se com os dados do Censo de 2006 (74,1%) houve uma queda do número de pessoas ocupadas. Embora os estabelecimentos da agricultura familiar concentrem maior número de pessoas ocupadas, a inserção dos(as) jovens rurais na dinâmica produtiva no campo não deve ser vista de forma simples. É preciso considerar sua identidade com a terra, a garantia de geração de renda, as oportunidades e condições para permanecer no campo, sobretudo, proporcionado por políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à juventude rural. Nesse sentido, Ferreira e Vettorassi (2018) destacam:

No Brasil, somente no final dos anos 90, os jovens passaram a ser um alvo importante das políticas públicas. Dados como esses demonstram que cada vez mais, especialmente os jovens, trocam o campo pela cidade. Uma das justificativas para isso é que quando o jovem passa a ter maiores responsabilidades dentro da propriedade rural, em relação aos deveres como agricultor seja ele produtivo, econômico ou social, ele passa a visualizar e sentir as dificuldades que a agricultura familiar tem encontrado ao longo dos anos, em relação à dificuldade de crédito, assistência técnica, investimento em tecnologia, etc. Além disso, o histórico de ausência de políticas públicas no Brasil, a dificuldade e insuficiência dos serviços de saúde e de educação de boa qualidade, bem como o acesso ao lazer tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. (FERREIRA E VETTORASSI, 2018, p. 157)

De acordo com Paulo (2014), a pouca oportunidade de trabalho agrícola (ou não agrícola), do acesso à terra e de políticas sociais que possibilitem melhores condições de vida no campo têm influenciado a migração dos(as) jovens rurais. Cabral e Santiago (2013), reforçam alguns fatores que têm gerado desânimo nos(as) jovens rurais em relação à permanência no campo: “despreparo em lidar com as terras de baixa fertilidade, a escassez de água, a deficiência na organização comunitária, dependência externa para questões produtivas, acesso à escola e a baixa escolarização”. As intervenções do poder público e entidades não governamentais ainda são insuficientes diante de vários problemas que as famílias e juventude camponesa vivenciam diariamente, principalmente no que diz respeito às inovações técnicas, sócio organizativas e métodos associados a uma nova geração (CABRAL; SANTIAGO, 2013, p. 2).

Lizarazo e Junior (2016) afirmam que a mobilidade das juventudes rurais não está apenas atrelada às questões familiares, mas também associada com as questões sociais, econômicas, políticas e culturais, portanto, é um conjunto de fatores que condicionam o fenômeno do êxodo rural e da migração dos filhos de camponês. Neste contexto, fica claro que é preciso aprofundar o debate e as lutas em torno das questões sobre juventudes rurais e políticas públicas com objetivo de garantir a permanência dos jovens no campo.

Como aponta Sguarezi (2018, p. 27), “o êxodo das juventudes rurais é que tem causado o processo de masculinização e o envelhecimento do campo”. Entretanto, “a juventude independente de ser do campo ou da cidade, é pouco chamada a protagonizar o próprio destino”. Deste modo, a juventude em meio a uma sociedade que consome, é chamada mais a consumir do que para produzir. Em relação ao meio rural, cabe destacar que a migração de jovens mulheres é maior que a de jovens homens, devido à falta de oportunidade nas atividades rurais, tendo uma certa resistência dos pais em confiarem nas mulheres para a gestão da unidade produtiva familiar. (SGUAREZI, 2018).

Conforme Cabral e Santiago (2013) no Brasil, a educação também é uma das causas principais para o êxodo dos(as) jovens rurais. Com a migração da juventude rural tem-se preocupado muito com a continuidade do desenvolvimento da agricultura familiar. Mesmo não tendo acesso a uma qualificação suficiente, os(as) jovens migram para os centros urbanos em busca de emprego de baixa produtividade e baixa remuneração, ficando até desempregados na maioria das vezes.

De todo modo, as estratégias e processos de resistência para a permanência dos(as) jovens no campo têm de algum modo perpassado pelas experiências de economia solidária. As vezes compreendida como uma alternativa de trabalho e geração de renda, pode também se constituir como uma concepção de mundo ou uma opção que caracteriza o modo de viver e produzir, ou melhor, uma forma de “desafiar as estruturas através das quais se ganha a vida” (BEBBINGTON, 1999, p. 2 *apud* SCHMITT, 2010, p. 42). Por isso a importância de compreender em que consiste a economia solidária, suas vertentes, princípios e fundamentos. E partir disso também discutir as possibilidades formativas em torno dos processos do trabalho associado e do movimento de economia solidária.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO

De acordo com Singer (2002), logo após o surgimento do capitalismo industrial, no século XVIII, surgiu a economia solidária como forma de protesto a difusão das máquinas e da organização fabril da produção ocasionando o empobrecimento dos artesãos. Quer dizer, o movimento de resistência dos(as) trabalhadores(as) continha os germens, enquanto princípios e fundamentos, daquilo que atualmente conhecemos como economia solidária.

Nas palavras de Schmitt (2010) e Schmitz (2006), a economia solidária no Brasil passou a ter maior representatividade em 1980 quando os(as) trabalhadores(as) passaram a se organizar de forma associativa nos meios rural e urbano. Consequentemente, no mesmo período, vários grupos e organizações de caráter formal e informal passaram a se estabelecerem, entre eles: “grupos e associações comunitárias, empresas falidas em processo de recuperação pelos trabalhadores, grupos de finanças solidárias, cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços), associações e cooperativas de agricultores/as familiares e assentados da reforma agrária” (SCHMITT, 2010, p. 52). Entretanto, somente em 1990 a economia solidária passou a ter mais espaços e conhecimento.

De acordo com Leite (2009, p. 42),

As experiências de cooperativismo no Brasil concentraram-se, até os anos de 1980, no meio rural. Nas cidades, seu surgimento deveu-se a um duplo processo. De um lado, a crise econômica que se abre no início da década com seu forte impacto sobre o desemprego será

seguida de um processo de reestruturação produtiva e econômica que especialmente, a partir da década de 1990, terá fortes repercussões no mercado de trabalho com um significativo processo de desestruturação do mesmo, evidenciado em todos os seus indicadores: diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego e do tempo em que os trabalhadores passam a levar para encontrar outras formas de colocação no mercado de trabalho, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários etc. (LEITE, 2009, p. 42).

Para Dumkel e Ratto (2013), a economia solidária são considerados por muitos como uma das alternativas no combate ao desemprego, a escassez de oportunidades a inclusão social de modo geral, assim como também, uma forma para o enfrentamento da crise ambiental.

Para Gadotti (2009, p. 35), “a economia solidária não é um modelo de competição que produz e reproduz a nossa existência, mas um modelo cooperativo ligado a uma educação transformadora”. A educação é o modo de instruir pessoas envolvidas nas organizações solidárias e é necessário para entender e gerenciar corretamente a empresa de forma coletiva. De certo, ao se associar em uma cooperativa não se deve cultivar uma mente capitalista. Isto quer dizer, é a mesma coisa de dar continuidade num projeto capitalista. Por isso, afirma que

A economia solidária não é uma compensação em relação ao modelo dominante da economia capitalista. Ao contrário, é uma alternativa a esse modelo. A economia solidária faz parte deste movimento, entre outros, de um processo mais amplo de reestruturação produtiva com base em princípios e valores opostos ao modelo capitalista, com implicações profundas tanto no modelo da produção quanto no modelo de acumulação e na organização do trabalho (GADOTTI, 2009, p. 81).

Novaes *et al.* (2016, p.225) também contribui com essa discussão ao afirmar que

A economia solidária vai além da produção de bens e serviços, trabalha com as relações humanas, com livre participação, no princípio da solidariedade e gestão coletiva dos lucros. A economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias, ressignificando o sentido da propriedade (NOVAES *et al*, 2016, p. 225).

De modo geral, os conceitos de economia solidária denotam os fundamentos das práticas econômicas (produzir, poupar, consumir etc.) articulados a outros valores

culturais – cooperação, solidariedade, autogestão, conforme destacado no Quadro 3. Nesse sentido, o(a) trabalhador(a) ou o ser humano é visto como protagonista e finalidade da atividade econômica, ao invés do capital e sua acumulação (ARRUDA, 2003, p. 235).

Contudo, é importante reconhecer que a ideia de alternativa tem sido ou pode ser entendida como reflexo das contradições criadas pelo capitalismo, por suas crises que têm intensificado a precarização do trabalho e o desemprego, escancarando a ilusão de um mercado de trabalho acessível a todos (as). Quer dizer, seria uma “mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar” (SINGER, 2002, p. 114). Não por acaso, segundo Bocayuva,

[...] a economia solidária é uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo. Segundo as definições da Secretaria Nacional de economia Solidária (SENAES), e de todos nós, seria possível, nessa crise, encontrar uma resposta conflitual mais cooperativa, baseada no trabalho associado. [...] a economia solidária está hoje tentando identificar cenários onde emergem possibilidades de maior cooperação produtiva e capacidade de associação do trabalho. A economia solidária aparece, então, como uma alternativa de coletivizar respostas, buscar cooperação produtiva no território, articular em rede. Ela aparece como um conjunto de respostas de sistemas que pretendem e só podem ter êxito se não for na escola microdifusa (2006, p. 24-25).

A reflexão aqui tencionada não significa negar a importância da economia solidária como uma alternativa no contexto de crise econômica e desemprego para os (as) trabalhadores (as), tampouco romantizar o potencial da economia solidária em “ser uma alternativa superior ao capitalismo” [...] “por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, consumidoras etc., uma vida melhor” (SINGER, 2002, p. 114), mas constitui um alerta importante que não se pode perder de vista:

[...] se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico [...] ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar fatores de produção – trabalho, terra, equipamentos e instalações – que, se ficassem sem utilização, estariam sujeitos a deteriorar (SINGER, 2002, p. 114).

Deste modo, ao reconhecer que “[...] o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de

desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112), justamente por fomentar outras práticas econômicas alicerçadas na ética da vida e não do capital, é importante passar da visão instrumental, pragmática, do ganhar a vida para a compreensão do caráter formativo dessa experiência do trabalho associado, sua pedagogia. De forma alguma, isso significa desconsiderar a importância da geração de renda, mas não perder de vista que o descuido com os princípios que alicerçam a economia solidária pode transformá-la numa mera alternativa do capitalismo, uma forma encontrada para nele sobreviver e subsistir.

Segundo Gadotti (2009), a economia solidária não está relacionada somente ao processo produtivo, ou a um objeto e serviço. Ela é construída por um sistema em que perpassa para além dos próprios empreendimentos solidários. Nesta perspectiva, o objetivo da economia solidária é lutar pela igualdade social, respeitando sempre a cultura local e o meio ambiente, produzindo de forma correta sem usar a mão de obra infantil. Ela requer um comércio justo, baseado na cooperação, na segurança do trabalho, na participação de igualdade de gênero e no trabalho coletivo, para mais, um consumo de modo sustentável onde pessoas e animais não sofram com a produção. De certo, de forma coletiva entre produtor(a) e vendedor(a) deve ser discutida a lucratividade. “De forma conjunta, deve ser discutida de acordo com o que cada um irá ganhar. Para cooperar em mundo com menos desigualdades sociais e com valores éticos, a economia solidária tem representado pessoas responsáveis”. (GADOTTI, 2009, p.24). Deste modo, é considerada como uma educação transformadora, isto é, na medida em que as vivências dos princípios solidários se constituem como formativas para os sujeitos.

É nesse sentido que os princípios da economia solidária precisam ser entendidos na sua potencialidade transformadora. Nesse sentido, por exemplo, a solidariedade não pode ser confundida com piedade. A solidariedade não é uma esmola que se dá a alguém só na intenção de aliviar a consciência. Ela sente o outro, compartilha vidas, os sonhos um com o outro, ela é um ato de cooperação mútua. “Ao contrário da esmola e piedade que humilham e não empoderam ninguém” (GADOTTI, 2009, p. 47).

Do ponto de vista de Gadotti (2009) a economia solidária, além de ser um modo de produção, é também um modo de vida. Ela tem o espírito da cooperação em que juntos vivemos bem melhor. É o modo de levar a enxergar as pessoas com um outro

olhar. É no pensar juntos. Decidir juntos. Não só apenas os ganhos materiais, mas também os ganhos não materiais. Portanto, “a economia solidária não é apenas um projeto de uma nova economia, mas de uma nova sociedade” (GADOTTI, 2009, p.41).

Nesta perspectiva, de acordo com Fischer e Tiriba (2009) na economia popular solidária, a educação e a formação se contrapõem aos processos educativos do capital, em que para se tornar vendível a força do trabalho no mercado, a educação é apresentada como forma de empregabilidade. Em contrapartida, a educação para o empreendedorismo tem a finalidade de incentivar a gestão para o próprio negócio, e nos “falsos” cooperativismos, a educação é garantia da cadeia produtiva que requer flexibilidade na acumulação de capital.

Conforme Gadotti (2009) um fator importante que vem contribuindo muito na formação socioprofissional da economia solidária é a pedagogia da alternância. Um método que tem contribuindo no progresso da economia solidária e na forma alternativa do desenvolvimento, associando entre o trabalho e o estudo com espaços educativos em duas modalidades, a distância e presencial, convencional e não convencional, sobre a reflexão prática sistematizada na experiência (GADOTTI, 2009).

De acordo com Fischer e Tiriba (2009), no decorrer da história da humanidade as relações de trabalho, de educação e da produção dos saberes ganharam diferentes configurações. Isto é, existe uma divisão que está relacionada ao mundo do trabalho e da cultura, e é constituído por uma sociedade de classes, principalmente, em relação a sociedade capitalista, onde os possuidores dos meios de produção são detentores de conhecimentos científicos habilitadores da capacidade dirigente, e para os trabalhadores caberiam os conhecimentos práticos qualificadores da força do trabalho, alguns adquiridos inclusive nas experiências de trabalho vivo. (FISCHER e TIRIBA, 2009).

De acordo com Tiriba (2007) além das cooperativas, dos grupos de produção e dos mercados populares destacados para obtenção de ganhos monetários e materiais, temos, portanto, as redes de trocas, os mutirões, a ajuda mútua, dentre outras que fazem parte das atividades da economia popular solidária. Desse modo, com a crise estrutural do trabalho assalariado cada vez mais evidente, “a economia popular como trabalho produtivo para o Trabalho e, para o Capital, quando dele se apropria, contém os germens de uma cultura do trabalho de novo tipo – a qual é elemento constituinte de um novo modo de produção da existência humana” (TIRIBA, 2007, p.87). É a construção e organização desses movimentos, tanto a nível nacional



e internacional, que buscam fortalecer as iniciativas associativistas da economia popular solidária. (TIRIBA, 2007)

Nas palavras de Fischer e Tiriba (2009) os(as) trabalhadores(as) expulsos(as) do mercado de trabalho, através dos movimentos autogestionários nos anos de 1980, passaram ocupar fábricas fechadas, intensificando suas próprias produtividades e criando empreendimentos de produção, além de consumo e crédito, sendo uma forma alternativa em resistir ao modelo capitalista. O movimento intitulado de “economia solidária” refere-se aos(as) trabalhadores(as) que passaram a se organizar em redes de produção e comercialização, como também em complexos cooperativos e em cadeias produtivas. Assim dizendo, a economia solidária representa as atividades de formação produtiva e autogestionária e que vem resistindo ao modelo econômico reprodutor de desigualdades. Nesse sentido, as autoras alertam que

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo (FISCHER e TIRIBA, 2009, p. 02-03).

Compreende que, com a fragilidade do trabalho assalariado surge a economia solidária como forma de alternativa em busca de geração de trabalho e renda de modo coletivo, criando novas perspectivas de inclusão social e sobrevivência como forma de resistência no sistema capitalista.

Os processos formativos buscam compreender e colaborar com a produção autogestionária que cria a condição e a necessidade dos(as) trabalhadores(as) ampliarem e reconhecerem a capacidade ativa não apenas para o trabalho produtivo, mas no processo de gestão.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo contempla uma abordagem qualitativa que busca investigar questões sociais na construção de um determinado fenômeno. De acordo com Minayo

(2007), a pesquisa qualitativa é a ciência que estuda, principalmente, a parte prática e teórica de uma situação real de interesse do pesquisador.

A pesquisa é de caráter exploratório. Procura estabelecer uma visão aproximativa acerca do fenômeno estudado, considerando que o tema escolhido é pouco estudado e buscando delinear o problema de forma mais precisa para pesquisas futuras (GIL, 2002).

Diante do exposto, a revisão de literatura constitui-se como momento crucial para aprofundar o conhecimento e ter uma visão mais precisa sobre o problema. Segundo Nascimento *et al.* (2019), pode-se dizer que a revisão sistemática (RS) é o estudo que busca avaliar e analisar questões relevantes de uma pergunta-chave com o objetivo de deixar os leitores atualizados sobre um determinado tema como forma de motivação para uma pesquisa futura. Para tanto, a análise é feita a partir de estudos científicos realizados sobre o tema e disponíveis em banco de dados. Para Nascimento *et al.* (2019, p. 98) “[...] a RS estuda um objeto de maneira aprofundada, por meio de procedimentos sistemáticos e transparentes, possibilitando a síntese e análise de materiais, principalmente de artigos de alto alcance científico e social”. Ela tem o propósito de responder a uma pergunta definida de modo objetivo utilizando métodos sistemáticos e definidos na identificação do estudo e extração dos dados e análise dos resultados.

Conforme ressaltado por Nascimento *et al.* (2019), consideramos pertinente a utilização do caminho metodológico proposto por Hoon (2013) cujas etapas foram: a definição da pergunta orientadora para a RS; a definição dos critérios de inclusão e exclusão; a extração e codificação dos dados; e a análise dos dados.

Deste modo, como sinalizado na introdução, tomou-se como pergunta orientadora dessa revisão sistemática: Em que medida os estudos e pesquisas sobre a relação entre juventude rural e economia solidária têm abordado explícita ou implicitamente aspectos referentes às experiências formativas?

No que diz respeito à pesquisa dos textos, por ser um tema pouco discutido, sem muitas publicações, houve a necessidade de ampliar a busca para diferentes plataformas digitais, como o *Google Acadêmico*, *Scielo*, *Periódico Capes* e *Biblioteca Digital de Tese e Dissertações*. A seleção dos trabalhos foi realizada, inicialmente, com base na leitura do título e resumo para verificar a aderência dos textos ao problema proposto para a revisão sistemática. Foram considerados artigos, teses e dissertações ou monografias publicadas de 2010 a 2020. Para a busca nas

plataformas foram utilizadas as palavras-chave “juventude rural” e “economia solidária”. Como a combinação de palavras-chaves na plataforma *Scielo* não indicou resultado, optou-se por usar somente a palavra-chave “juventude rural”, conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2: Banco de dados da seleção dos artigos

Bases de dados	Palavras-chave	Filtros	Trabalhos localizados (Data da pesquisa)	Excluídos, após a leitura de título e resumo <sup>1</sup>	Excluídos, após a leitura completa	Selecionados
Google acadêmico	"juventude rural" and "economia solidária"	Período de 2010-2020, Artigos e teses/dissertações	969 (27/05 a /01/06/2021)	963	1	5
Scielo	"juventude rural" <sup>2</sup>	Português Brasil	17 (26/05/2021)	16	–	1
Periódico Capes	economia solidária and juventude rural	Artigo (não foram considerados os livros)	54 (08/05/2021)	53	–	1
Biblioteca digital de teses e dissertações	economia solidária and juventude rural	Busca avançada	10 (22/05/2021)	7	1	2
<b>Total de trabalhos</b>				11	2	9

FONTE: Elaborado pela autora. 2021.

Foram considerados como critérios de inclusão: a) as pesquisas terem como recorte analítico o tema juventude rural e economia solidária; b) trabalhos publicados entre 2010 e 2020; c) ser artigo ou trabalho de conclusão de curso – monografia, dissertação ou tese; e d) os textos estarem integralmente disponíveis nas plataformas.

Como critérios de exclusão foram considerados: a) textos repetidos; b) os trabalhos não apresentarem dados empíricos e tratarem exclusivamente de revisão de literatura ou teórica; c) os trabalhos não abordarem de forma implícita ou explícita experiências formativas (formal ou não formal) dos(as) jovens rurais no âmbito da economia solidária.

Inicialmente, a busca considerou o título dos trabalhos e, depois, a leitura dos resumos dos trabalhos escolhidos nessa etapa. Após a leitura dos resumos, aqueles trabalhos selecionados foram lidos integralmente, observando os conceitos que

relacionam o problema abordado no estudo. Após essas etapas, sobraram nove trabalhos para serem analisados.

A caracterização dos trabalhos selecionados foi feita a partir de dados gerais, conforme modelo apresentado no Quadro 3. Em seguida, iniciou-se a extração dos dados dos trabalhos de acordo com os critérios estabelecidos para a pesquisa, como pode ser observado no modelo apresentado no Quadro 4.

Quadro 3: Modelo de caracterização dos textos selecionados

<b>Códigos dos artigos</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Palavra-chave</b>	<b>Tipo de estudo /técnica de coleta</b>	<b>Tipo (artigo, dissertação ou tese)</b>	<b>Local</b>	<b>Participantes</b>
T1 etc.							

FONTE: Elaborado pela autora. 2021.

Quadro 4: Extração dos dados dos textos selecionados

<b>Código</b>	<b>Objetivos do estudo</b>	<b>Fatores que condicionam a relação entre JR e ECOSOL</b>	<b>Síntese dos resultados: vivências e práticas</b>	<b>Síntese dos resultados: saberes e valores</b>	<b>Síntese dos resultados do trabalho</b>
T1					

FONTE: Elaborado pela autora. 2021.

A ficha de extração de dados (Quadro 4) foi importante para organizar os dados coletados de modo a permitir analisar o conjunto de informações, identificando os pontos convergentes e divergentes, as evidências teóricas e empíricas de acordo com o problema e objetivos estabelecidos para o estudo (NASCIMENTO *et al.*, 2017 *apud* Hoon, 2013).

## **4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS**

A seguir, serão apresentadas as sínteses e interpretações dos nove trabalhos de pesquisa analisados, como mostra o Quadro 5. Estes trabalhos serão indicados a partir de uma sigla, formada pela a letra T e um número correspondente (de 1 a 9). As pesquisas tiveram como sujeitos jovens rurais e foram realizadas nas seguintes

regiões do Brasil: Centro-oeste (T2, T8); Sul (T1, T3, T5, T6, T7), Nordeste (T9) e Sudeste (T4, T6).

Os trabalhos T1, T3, T4, T5, T7 e T9 tomam como lócus da pesquisa cooperativas. T2 e T8 tem como lócus assentamentos rurais e apenas T6 teve como referência central o espaço escolar, ao tratar da formação de jovens em um curso técnico agropecuário.

Todos os trabalhos, a partir de suas particularidades, tiveram como recorte analítico e sujeitos da pesquisa os(as) jovens rurais (T1; T2; T3; T4; T5; T7, T8 e T9), mas alguns abarcaram também a relação dos(as) jovens com as famílias/pais (T1; T3; T4; T6), com os(as) gestores(as) das(as) cooperativas (T4; T5), cooperados(as), representantes das cooperativas (T4; T7) e também a relação dos(as) jovens rurais com a educação para o cooperativismo a partir da perspectiva escolar (T6).

Quadro 5 – Caracterização dos trabalhos selecionados.

<b>Códigos dos artigos</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Palavra-chave</b>	<b>Tipo de estudo / técnica de coleta</b>	<b>Tipo (artigo, dissertação ou tese)</b>	<b>Local</b>	<b>Participantes</b>
T1	Liboni; Heloani (2016)	Juventude Rural, Trabalho e Identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de economia solidária.	Identidade, Economia Solidária, juventude rural	Pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e acompanhamento das Assembleias da Cooperativa	Artigo	Cooperativas de Nova Tebas, Município paranaense.	Filhos/as (jovens) Pais (adultos)
T2	Tatiana Novaes <i>et al.</i> (2016)	A economia solidária como uma forma de promoção da juventude do campo.	Desenvolvimento Rural, Juventude Rural, Economia Solidária	Observação Participante/etnográfica. Foi relatada por meio diário de campo e entrevista.	Artigo	Assentamento Cunha na cidade Ocidental em Goiás.	Jovens do assentamento
T3	Rubenich (2017)	A sustentabilidade Socioeconômica e os Desafios da Inserção da Juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)	Cooperativismo; Sustentabilidade; Socioeconômico; Juventude Rural.	Estudo de caso através de pesquisa exploratório-descritiva; pesquisa bibliográfica e documental; com abordagem qualitativa. Caracterização do município e o assentamento de origem, histórico de sua constituição; questionário e Dados Contábeis;	Monografia	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita/RS.	Juventude Rural
T4	Boessio e Doula (2016)	Jovens Rurais e Influência Institucional para a Permanência no Campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro.	Juventude rural; reprodução social; instituições sociais.	Qualitativo do tipo exploratória desenvolvida em estudo de caso. Coleta de dados: entrevistas;	Dissertação	Triângulo Mineiro/Rio Paranaíba/ MG.	Jovens filhos/as de cooperados, famílias cooperadas, membros da direção, cargos de gestão e colaboradores da cooperativa;
T5	Kestring <i>et al.</i> (2020)	O programa Juventude	Jovens, unidade familiar, rural	Quali-quantitativo; natureza aplicada; pesquisa	Artigo	São Miguel do Iguçu - PR	Jovens e a gestora do

		Cooperativista e sua Relação Voltada a Sucessão Rural na Agricultura Familiar		exploratória e descritiva; procedimentos: revisão de estudo de caso; literatura Questionário aberto e semiestruturado; a sistematização de dados foi realizada com o programa IBM – SPSS, também com auxílio Microsoft Excel; figuras e quadros, comparados com a bibliografia consultada.			programa juventude cooperativista
T6	Ulrich (2010)	Educação para o Cooperativismo: Melhorando as Práticas Sociais e o Desenvolvimento Regional.	Cooperativismo; Economia Solidária; Ensino Profissionalizante em Agropecuária.	Entrevista através de questionário diagnóstico (dados pessoais, diagnóstico e formação), pesquisa história oral	Dissertação	Seropédica RJ, setembro Campus sertão/RS	Alunos/as do curso Técnico Agropecuária
T7	Drebes & Spanevello (2017)	Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão Na Agricultura Familiar	Juventude rural, reprodução social, migração, assistência técnica.	Os dados foram coletados através da técnica de entrevista com roteiro semiestruturado	Artigo	Alto Jacuí-Rio Grande do Sul	juvens agricultores/as cooperados/as e/ou filhos/as de agricultores/as cooperados/as considerados sucessores ou prováveis sucessores dos 8 estabelecimentos agropecuários familiares e representantes das cooperativas
T8	Squarezi (2018)	Economia solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária	Economia solidária. Construção participativa. Agroecologia. Projetos produtivos.	Pesquisa qualitativa embasada na pesquisa-ação. Como ferramentas foram empregadas a Pesquisa documental; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Elaboração e leitura dos	Artigo	Assentamento Antônio Conselheiro, no estado do Mato Grosso; 40 estudantes de três	Juventude camponesa Estudantes residentes em assentamentos

				diagnósticos coletivos das comunidades; Entrevistas e questionários e a participação durante as atividades de Tempo escola (TE) e Tempo comunidade (TC).		comunidades: Chê Guevara; Marechal Rondon e Paulo Freire.	
T9	Sabrina Kelly Nogueira Falcão Soares (2011)	A inserção de jovens rurais na economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local: a experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município Ouricuri, Pernambuco	Juventude Rural, Economia Solidária e Desenvolvimento Local	Estudo de caso, análise, observação participante, extração de coleta de dados (questionários padronizados da pesquisa documental e entrevista semiestruturada).	Dissertação	Cooperativa do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município Ouricuri, Pernambuco.	Adolescentes e Jovens rurais



Embora os trabalhos tenham sido desenvolvidos em regiões diferentes, foi possível identificar alguns pontos convergentes entre eles. Alguns abordaram a questão da juventude e a sucessão rural nos empreendimentos solidários (T7; T5; T9). Outros buscaram compreender e refletir as vivências e experiências dos participantes no empreendimento solidário (T1; T2), bem como analisar as percepções e os desafios da inserção dos(as) jovens na economia solidária (T3; T7). Além disso, também foi discutido o incentivo das instituições sociais e família sobre a permanência dos(as) jovens no campo (T4; T5).

De forma mais particular, destacam-se as percepções construídas pelos(as) jovens a partir do programa juventude cooperativista (T6) e as reflexões construídas no processo de sistematização dos projetos produtivos (T8).

No tocante aos resultados encontrados, pode-se destacar:

**i)** a cooperativa supre as necessidades de sobrevivência e melhoria de condições de vida das famílias dos(as) cooperados(as). Deste modo, tanto os pais quanto os(as) filhos(as) veem na cooperativa uma alternativa de futuro que possa garantir a permanência dos(as) jovens em seu local de origem (T1; T9). Em outros termos, o cooperativismo agropecuário é visto pelos(as) jovens como importante à produção e vida no campo (T7). Os(as) jovens participam nas relações de trabalho de forma mais ativa do que nas reuniões (T9). Formações em cooperativismo contribuem para o trabalho dos(as) jovens nas cooperativas e nas atividades produtivas das unidades familiares e a construção de projeto de futuro (T5) ou formações no âmbito da economia solidária a fim de potencializar as práticas autogestionárias (T9). Mas, formações tradicionais (engenheiro/a agrônomo/a e veterinário/a) também têm sido vistas como importante para a inserção dos(as) jovens nas cooperativas (T7). Contudo, a qualidade de vida e lazer no campo e a eficiência econômica da cooperativa ainda se apresentam como desafio (T3). Jovens vislumbram o meio rural com acesso à tecnologia, com conforto e uma certa estabilidade e qualidade de vida, um rural com acesso a tudo que possa ter direito (T4).

**ii)** A ausência de direitos básicos em assentamentos rurais tende a influenciar a saída do rural e da casa dos pais. Em geral, são destacadas carências como transporte coletivo, serviços de saúde, acesso a escolarização regular no campo, atividades culturais, oportunidades de renda e trabalho (T2; T5). “Embora seja recorrente um sentimento de pertencimento com a terra, sentimento de pertença familiar e uma visão do rural como lugar tranquilo” (T4 – BOESIO; DOULA, 2016, p. 380).

iii) Outro aspecto importante apontado é que as instituições sociais, a família e a comunidade contribuem na construção das percepções dos(as) jovens sobre o rural. Considera-se também que as instituições sociais podem influenciar no estímulo ou desestímulo dos projetos de vida dos(as) jovens no rural e nesses casos os incentivos das famílias em torno das atividades produtivas podem não ser suficientes para a permanência dos jovens no campo (T4). A relação dos(as) jovens com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, tende a contribuir com vivências no tocante ao trabalho coletivo. (T8).

Os trabalhos analisados, em geral, demonstraram a importância da família, movimentos sociais, processos produtivos, escolas família agrícolas e dos projetos de extensão e pesquisa realizados pelas universidades com os grupos produtivos, cooperativas e agricultores/as familiares para a formação da juventude e aproximação desta categoria social com a economia solidária (T1; T2; T3; T4:T5; T6; T7; T8; T9).

No que diz respeito a permanência dos(as) jovens no meio rural e a relação com a economia solidária, tanto a família como a cooperativa têm se constituído fatores fundamentais na contribuição de incentivo à permanência juvenil. A família vem incentivando os(as) jovens a dar continuidade nas atividades familiares e na cooperativa afim de poder gerar renda própria sem a necessidade de sair do seu local de origem à procura de trabalho.

Além disso, a cooperativa e a família têm estimulado a participação dos(as) jovens nos processos educativos e de produção. Por sua vez, a cooperativa tem dado oportunidade de estudos oferecendo cursos técnicos onde os(as) jovens têm buscado formação e informação de modo a compartilhar conhecimentos adquiridos entre gerações e contribuir na valorização do trabalho local (T1; T3; T4; T6 e T9). Como mostra afirmaram Drebes e Spanevello (2017), para os(as) jovens se manterem no campo é fundamental o apoio da família e as ações da cooperativa, além de gostarem da atividade.

Ademais, alguns jovens participantes das pesquisas relataram que já são atuantes nas propriedades familiares como sucessores(as) dos pais, outros(as) pretendem sucedê-los(as). Quanto ao trabalho nas unidades produtivas familiares como também na cooperativa, os(as) jovens consideram as atividades rurais tranquilas de trabalhar e têm vontade de continuar no meio rural. Outros dizem que não tem vontade de ficar no campo e dar continuidade nas atividades dos pais, pois acham a vida urbana mais atrativa.

De modo específico, os(as) jovens têm participado de atividades produtivas das cooperativas como plantio de arroz, produção leiteira, criação de suínos, processo de transição nas produções de aves, projetos produtivos, além de atividades de serviços como assistência técnica, comercialização, inclusive em feiras livres, e nas atividades de tomadas de decisões, dentre outros. Do mesmo modo, algumas propriedades destes(as) jovens(as) têm fomentado a cultura do milho, da soja e o fumo, isto é, trabalho desenvolvido de forma individual nas propriedades familiares (KASTING *et al.*, 2020).

As organizações sociais têm desenvolvido ações que buscam auxiliar na sucessão no meio rural, quer dizer, buscado ressignificar com os jovens o viver e produzir no campo através de esporte, recreações, teatro, palestras, seminários, projetos, reuniões, cursos técnicos e profissionalizantes, curso de capacitação, viagens técnicas, treinamento, formação e informação, práticas agroecológicas, participação em tomadas de decisões, festa de agricultor, bailes, concursos de beleza, entre outros. São ações que levam os jovens a buscarem experiências práticas e teóricas ou proporcionar vivências de forma a contribuir enquanto sujeitos no desenvolvimento e fortalecimento do meio rural. Ações voltadas à economia, lazer e a ação social.

Quanto aos processos formativos escolares, os(as) jovens têm feito cursos ligados à agricultura e agropecuária. Cabe destacar os cursos superiores de medicina veterinária, educação do campo (licenciatura), engenharia em alimentos, gestão financeira e cooperativismo. Acrescentam-se os cursos nas áreas que não estão ligados as cooperativas ou a economia solidária, a exemplo das “áreas de saúde, música e ciências humanas” (RUBENICH, 2017, p. 82). Neste sentido, os processos educativos não têm só ajudado na escolarização das juventudes rurais, mas na inserção e relação dos(as) jovens com as cooperativas, a economia solidária e os processos produtivos no campo.

Nesse cenário, destaca-se a função social das escolas de família agrícola por contribuírem com os(as) agricultores(as), cooperativas e comunidades a pensarem sobre problemas vividos.

De acordo com os trabalhos analisados, a relação da juventude rural com a economia solidária se dá por influência da família e dos movimentos sociais enquanto fatores de informações, mas também se dá essa aproximação como uma necessidade

dos jovens e das famílias por ajudar no trabalho, bem como, fatores estratégicos para geração de trabalho e renda para suprir as necessidades de sobrevivências.

Como podemos verificar nas citações retiradas dos textos e elencadas abaixo:

A família é um fator importante para a permanência dos jovens no campo, nesse sentido todos os respondentes disseram que recebem incentivos para sua participação e permanência na cooperativa. Referente à maneira que isso se dá, muitos apontaram que a mesma os apoia e aconselha, destacando sobre a qualidade de vida na cooperativa e o trabalho em família, contando a história de conquista da cooperativa e com muito diálogo diário em família. Muitos destacaram também a importância de permanecer na cooperativa para dar continuidade às conquistas realizadas por seus pais, além de possuir renda própria. (RUBENICH, 2017, p.85).

Mesmo os que não participam oficialmente mantêm contato com os acontecimentos, seja por meio de conversas com os pais, ou de atividades desenvolvidas pela cooperativa, ou nas viagens promovidas pela cooperativa. São normalmente os filhos que participam e depois repassam os conhecimentos e informações aos pais. Vão se apropriando dos conhecimentos e características inerentes ao funcionamento da cooperativa, (LIBONI E HELOANI, 2017, p. 73).

Observa-se assim que muitos jovens seguem seus estudos em áreas que podem ser contempladas nas atividades realizadas pela cooperativa, além de seus estudos serem proporcionados muitas vezes através da sua inserção em um movimento social. Outro fator a se destacar é a vontade que a grande maioria tem em continuar seus estudos, (RUBENICH, 2017, p. 82).

Destacam-se aqui algumas respostas que apontam a falta de vontade por parte dos próprios jovens em relação ao trabalho no meio rural, um dos respondentes aponta que falta “vontade, me parece que é mais fácil ir para a cidade e ser empregado, pois a maioria das famílias não tem como investir, faltam investimentos também”. Algumas respostas surgem no sentido de que seria essencial a proximidade dos centros urbanos e “transporte de qualidade, acesso a educação de qualidade, trabalho, acesso a internet de qualidade”. (RUBENICH, 2017, p.89)

A fala do entrevistado traz um discurso apoiado na aprendizagem, de que foi na cooperativa que ele aprendeu uma profissão e que as pessoas reconhecem esse ofício e que ele se reconhece também. O discurso traz também uma valorização do trabalho na cooperativa, com a prática do artesanato, no sentido de que o trabalho é origem de bom relacionamento com a cooperativa, (SOARES, 2011, p. 68).

Para além disso, Ulrihc (2010) também destaca tal questão em que os(as) jovens estão vinculados a cooperativa por ter a oportunidade de estocar e a vender

os seus produtos, além de ter um vínculo empregatício e estudantil, o acesso ao crédito, bens e consumo, assim como conhecer o sistema cooperativista e poder acreditar nos seus princípios, participar da experiência do cooperativismo solidário de forma a suprir as necessidades de melhorias econômica, ajuda mútua. Além disso, tem sido uma forma de colaborar na sucessão dos jovens rurais.

Para além disto, Ulrich (2010) destacou que metade dos(as) 40 estudantes ingressantes no curso técnico agropecuária do Campus Sertão (IFRS), não vivenciou as práticas do cooperativismo, sendo que a outra metade dos(as) alunos(as) diz ter vivenciado.

Como destaca nas citações retirada do texto:

Do total da amostra, 42,5% diz ter se vinculado a cooperativas por acreditar nos princípios cooperativistas, o que vem a afirmar que a amostra possui conhecimento sobre tal, e 37,5% para obterem acesso facilitado ao crédito. Entretanto, a amostra considerou mais de uma opção para motivar o vínculo a cooperativas. Assim, um mesmo egresso pode ter vinculando-se a cooperativas por mais de um motivo. Os cooperados (pessoas vinculadas a cooperativas) possuem necessidades comuns e associam-se voluntariamente para obterem ajuda mútua em seus interesses, com vistas à eliminação de intermediários, a satisfação de suas necessidades e a obtenção de melhorias em sua situação econômica (ULRICH, 2010, p. 35).

[...] uma clara divisão de opiniões sobre a vivência do cooperativismo na formação do curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão. A metade da amostra, 50%, diz ter vivenciado o cooperativismo durante o curso e 50%, contrariamente, diz que esta vivência não ocorreu. Por vivência do cooperativismo no curso, entende-se as práticas efetivas relacionadas ao cooperativismo, que podem ser apresentadas em forma de visitas, estágios, participação em cooperativas escolares, e outras formas onde o aluno possa realizar a prática cooperativa de fato, aliando os conceitos vistos em sala de aula à prática vivenciada nas próprias cooperativas (ULRICH, 2010, p. 40).

Também podemos destacar fatores que têm contribuído na permanência dos(as) jovens (participantes do programa juventude Cooperativista) nas propriedades rurais como ter a oportunidade de ser dono do próprio negócio, trabalhando com que gosta, gerando renda, qualidade de vida e segurança, além de buscar diversidade nas atividades do meio rural. Conforme ressalta Kestring *et al.* (2020),

Para se manter nas atividades do meio rural, na maioria das vezes é necessário buscar diversificação da mesma, bem como a pluriatividade, ou seja, buscar um desenvolvimento rural e para que isso aconteça juntamente

com a permanência do jovem no campo, é necessário estimular o jovem a colocar em prática o que aprende fora da propriedade, dar autonomia ao mesmo, para que se sinta motivado e livre a continuar no campo buscando ter uma melhor qualidade de vida e mantendo a unidade familiar, (KESTRING et al, 2020, p. 23)

Já Sguarezi (2018) destacou em seu trabalho o desenvolvimento de projetos produtivos com a participação da juventude camponesa e que buscou atender as três comunidades do Assentamento Antônio Conselheiro: Chê Guevara; Marechal Rondon e Paulo Freire. De acordo com o referido autor, foi através do protagonismo da juventude camponesa que se pensou na formação e valorização como propostas nos processos produtivos possibilitando a compreensão desse modelo de organização de autogestão baseado nos princípios solidários. (SGUAREZI, 2018)

Os projetos tiveram como objetivos incentivar a inserção da juventude camponesas nas comunidades, como também, gerar emprego e renda para o desenvolvimento local, além de fomentar o trabalho coletivo. Contudo, como já destacado, o fortalecimento da relação dos jovens com o trabalho associado tem condicionantes que perpassam pela família, pelo grupo que compõem as organizações sociais e produtivas etc., conforme pode ser observado a seguir:

Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que os jovens camponeses oriundos de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tinham uma maior afinidade com os trabalhos coletivos, pois apresentavam mais consciência de grupo, o que permite afirmar que esse grupo se aproximava a uma identidade camponesa, (SGUAREZI, 2018, p. 36)

E nesse sentido, especialmente os jovens estudantes da Escola Paulo Freire e Chê Guevara, se mostraram bem mais protagonistas nesse processo. Também é preciso pensar a formação e a educação por dentro dos processos produtivos, pouca discussão e conhecimento da comunidade a respeito do potencial do extrativismo, (SGUAREZI, 2018, p. 39)

No que se refere à inserção social da juventude nos processos produtivos associativos, as principais dificuldades encontradas no momento de se inserirem nas organizações já existentes são: resistência de grupos políticos com diferentes objetivos; resistência dos mais velhos (dos pais) em relação à mudanças propostas pela juventude; pouca ou total falta de apoio aos jovens para ter mais autonomia e a resistência de alguns jovens para ficar no campo, já que não pretendem ficar, e assim sem sentimento de identidade/pertença aparece como problema a ser enfrentado, devido à uma cultura hegemônica internalizada em alguns de que “a vida na cidade é mais fácil”, (SGUAREZI, 2018, p. 38).

De modo geral, os(as) jovens também destacaram a construção e o fortalecimento dos saberes e valores no cooperativismo. Sendo um dos pontos importantes para o desenvolvimento local, qual seja, como o trabalho coletivo realizado nas cooperativas, e o individual, atividades produzidas nas propriedades familiares. Assim como, a cooperação e ajuda mútua entres os(as) jovens e pais cooperados(as) onde são compartilhados novos conhecimentos e experiências entre gerações dimensionadas pelo trabalho nos empreendimentos solidários.

Desta forma:

Encontramos aqui a troca de conhecimentos entre as gerações. Os pais transmitem os valores e conhecimentos aos filhos, e estes os ressignificam por meio dos novos conhecimentos adquiridos, que, por sua vez, são também transmitidos aos pais. (LIBONI E HELOANI, 2015, p. 73 e 74)

De acordo com os trabalhos analisados, os(as) jovens veem os empreendimentos solidários/cooperativas como uma alternativa de trabalho que dá oportunidade de gerar renda, além de continuar os estudos, e isso tem gerado em alguns/algumas jovens o desejo de continuarem no campo e nos trabalhos produtivos. Acrescenta-se que os empreendimentos solidários / cooperativas, de modo geral, podem ser vistos como importante espaço e agente de formação para os(as) jovens rurais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa se deu por uma curiosidade entrelaçada com meu espaço de vida rural e pelos estudos desenvolvidos no curso de Gestão de Cooperativas para entender as relações dos(as) jovens rurais com a economia solidária.

O estudo realizado teve como objetivo compreender a relação entre juventude rural e a economia solidária, destacando as perspectivas das experiências formativas. Identificaram-se ainda as principais perspectivas analíticas dos estudos e pesquisas selecionados, além de destacar os principais fatores condicionantes que entrelaçam juventude rural e economia solidária, verificando em que medida tem se dado as experiências formativas da juventude rural no âmbito do trabalho na economia solidária.

Diante dos objetivos postos para essa revisão sistemática de literatura é possível afirmar que a família e os processos produtivos são tratados pelos(as) jovens como importantes aspectos que contribuem para a permanência e sucessão pelos(as) jovens no meio rural.

Em alguma medida, foi possível perceber, nos trabalhos analisados, a vontade dos(as) jovens de permanecerem no campo e dar continuidade às atividades nas propriedades familiares e na cooperativa. Mas para isso, só os estímulos e incentivos dos empreendimentos e de familiares não bastam. É preciso haver o fomento, efetivação e de políticas públicas voltadas as juventudes rurais, processos formativos e educativos, inclusive atrelados aos fundamentos, princípios e práticas da economia solidária. Pensar nas perspectivas futuras, enquanto sujeitos do campo e diante das questões da Contemporaneidade.

Entende-se que a família e as cooperativas têm sido responsáveis pelo envolvimento dos(as) jovens com a economia solidária. Isso tem contribuído nos processos de formação do trabalho, tendo os movimentos solidários como uma alternativa de melhores condições de vida.

Embora tenham sido encontrados poucos trabalhos que versam sobre o tema juventude rural e economia solidária, os resultados apontam pistas importantes sobre os desafios enfrentados pelos(as) jovens rurais para se inserirem nos processos produtivos e permanecerem no campo, assim como a importância dos processos formativos atrelados à economia solidária nos espaços escolares, movimentos sociais e espaço de trabalho associado, mas não se pode desconsiderar os desafios e ou possibilidades apresentados às cooperativas concernentes as novas formas de sociabilidades dos(as) jovens mediadas pelos avanços tecnológicos. Aspectos que precisam ser investigados no contexto da juventude rural do semiárido.



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **OS sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária**. In. CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Economia Solidária e o Renascimento de uma Sociedade Humana Matrística**. IV Fórum Social Mundial Painel “Por uma Economia Do Povo: Realidades e Estratégias do Local ao Global” – Mumbai, Índia, 20/1/2004.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **A nova centralidade do trabalho e o precariado**: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo. In: MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIOCHET, Valmor (orgs). Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

BOESSIO, Amábile Tolio; DOULA, Sheila Maria. **Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo**: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016.

CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTIAGO, Cesar Alvarenga. **Juventude e Trabalho Rural**: Análise dos Processos Migratórios na Região Centro-sul Tocantinense a Partir da Experiência da Escola Família Agrícola de Porto Nacional: 2000-2010. 9º Seminário de Iniciação Científica. Nov. de 2013 – Campus Palmas.

CAMPIGOTTO, Gleisa; Mesa 1 - Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e sustentabilidade. In.: MENEZES et al. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil** / Brasília: Presidência da República; NEAD/MDA; IICA, 2014.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural no Brasil**: Processos de exclusão e a construção de um ator político. Rev. Latinoam.cienc.soc.ninez.juv 7(1): 179-208,2009.

DOWBOR, Ladislav. **Aos trancos e barrancos, o Brasil diante da crise – Le Monde Diplomatique Brasil – 30.04.2020**. Disponível em: <https://dowbor.org/2020/04/l-dowbor-aos-trancos-e-barrancos-o-brasil-dianteda-crise-le-monde-diplomatique-brasil-3>.

DREBES, L. M; SPANEVELLO, R. M. **Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão na Agricultura Familiar**. HOLOS, Ano 33, Vol. 02.

DUNKEL, Joel Luis e RATTO, Cleber Gibbon. **Juventudes, trabalho e modos de cooperação**: por uma ética da hospitalidade. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V. 30, n. 1, p. 335 – 354, jan./ jun. 2013.

FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. **SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO**. Economia. Coimbra: Editora Almedina, 2009, (ISBN 978-972-40- 722-6).

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógicas**. - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação popular).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

IBGE. Censo Agro 2017. Disponível em: [Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8% | Agência de Notícias | IBGE](#). Acessado em 14 de setembro de 2021.

IBGE EDUCA. População rural e urbana. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br>. Educa | Jovens - IBGE. Acesso em: 28 jul. 2021.

KESTRING, Karina *et al.* **O Programa Juventude Cooperativista e Sua Relação Voltada a Sucessão Rural na Agricultura Familiar**. Revista Thêma et Scientia – Vol. 10, no 1, jan/jun 2020.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Juventude Rural no Brasil**: entre ficar e partir. Tempo da Ciência volume 20 números 39 1º semestres 2013.

LIBONI, Maria Therezinha Loddi; HELOANI, José Roberto. **Juventude rural, trabalho e identidade**: a experiência de participação em empreendimento rural de Economia Solidária. PR/SP, Brasil. V. 10, nº 18 – junho, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora) GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. ISBN 978-85-326-1145-1.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio de *et al.* **O Movimento da Tecnologia Social**: uma Revisão Sistemática de seus Elementos Estruturantes entre 2007 e 2017. DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle (ISSN2316-5537) <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve> Canoas, v. 8, n. 3, 2019. Universidade LaSalle, Editora. [Http://dx.doi.org/10.18316/desenv.v8i3.4784](http://dx.doi.org/10.18316/desenv.v8i3.4784).

NOVAIS, Tatiana Oliveira *et al.* **A economia Solidária como uma forma de promoção da juventude no campo**. Com. Ciências Saúde. 2016; 27(3):223-230.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. Juventudes Rurais do Nordeste: As Múltiplas Realidades numa Região de Contrastes. In MENEZES, Maria Aparecida de *et al.*

**Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil** / Brasília: Presidência da República; NEAD/MDA; IICA, 2014.

RUBENICH, Indiane Witcel. **A Sustentabilidade Socioeconômica e os Desafios da Inserção da Juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan), Nova Santa Rita (Rs)**. Laranjeiras do Sul 2017.

SCHIMITT, Cláudia Job. **Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis**. IPEA, 2010.

SCHMITZ, Vera Regina. **O trabalho associado e a produção de saberes: um diálogo com a Associação do Trabalhador Urbano de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – ATUROI**. Volume 10, número 2, maio/agosto 2006.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Economia solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária**. Guaju, Matinhos, v.4, n.1, p. 25-42, jan./jun. 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Sabrina Kelly Nogueira Falcão. **A inserção de Jovens Rurais na Economia Solidária na Perspectiva do Desenvolvimento Local: A experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor Artesanato do Meio Rural, do município de Ouricuri, Pernambuco**, 2011.

TIRIBA, Lia. **Educação Popular e Pedagogia (s) da Produção Associada**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007.

ULRICH, Elisane Roseli, 1979 -. **Educação para o cooperativismo: melhorando as práticas sociais e o desenvolvimento regional** / Elisane Roseli Ulrich – 2010. 64 f.: il.

VIANA, Nildo. **Juventude, trabalho e projeto de vida**. GT 05: Juventude, trabalho e emprego. Seminário Internacional na Contemporaneidade. Goiás, Nov, 2012.